



VII CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA

Crise do Direito e Desafios da Cidadania

I CONGRESSO INTERNACIONAL DA REDE IBERO-AMERICANA DE PESQUISA EM SEGURIDADE SOCIAL

Desafios e Perspectivas da Seguridade Social na Ibero-América

24 e 25 de outubro de 2019

LOCAL: UNAERP - CAMPUS RIBEIRÃO PRETO

Av. Costábile Romano, 2.201, Ribeirânia, Ribeirão Preto-SP



PROGRAMAÇÃO

24 de outubro de 2019

18h30 – CREDENCIAMENTO – Anfiteatro “Bassano Vaccarini”

19h30-22h00 – PALESTRAS – Anfiteatro “Bassano Vaccarini”

Profs. Drs. Nelson Nery Júnior e Georges Abboud

25 de outubro de 2019

8h00-11h30 – PALESTRAS E MESA REDONDA SOBRE SEGURIDADE SOCIAL E SAÚDE PÚBLICA – Anfiteatro “Bassano Vaccarini”

Profs. Drs. Rodrigo Monteiro Pessoa e Raul Allárd Soto – Universidad de La Frontera – Chile.

13h30 – GRUPOS DE TRABALHO – Salas do Bloco B – Unaerp

- VII CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA
- I CONGRESSO INTERNACIONAL IBERO-AMERICANO DE PESQUISA EM SEGURIDADE SOCIAL (Os Grupos de Trabalho deste congresso, que a princípio seriam realizados no período da manhã foram, por questões de logística, transferidos para o período da tarde).

VII CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA

GT – DIREITOS COLETIVOS

SALA 22 BLOCO B

COORDENADORES

Profa. Dra. Manuela Cibim Kallajian

Prof. Dr. José Antonio Remédio

Profa. Dra. Flávia Almeida Montingelli Zanferdini

- OS OFÍCIOS DA CIDADANIA NOS CARTÓRIOS DE REGISTRO CIVIL COMO FORMA DE CONCREÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS À CIDADANIA E À NACIONALIDADE
- TUTELA COLETIVA DE URGÊNCIA ANTECEDENTE NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA E SUA ESTABILIZAÇÃO
- ASPECTOS DESTACADOS DA REJEIÇÃO DA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
- A REPRESENTAÇÃO FEMININA NAS UNIVERSIDADES E A CONCREÇÃO DA CIDADANIA
- A (IN)EFICIÊNCIA DA REDE DE PROTEÇÃO AO TRABALHADOR E SEUS DESAFIOS NO ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS E À ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA
- A LEGALIDADE DOS JUROS NO BRASIL E A PEC Nº 79, DE 2019: O PODERIO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NA CONDUÇÃO DA ECONOMIA NACIONAL
- FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA: UM ESTUDO SOCIAL DO AFETO COMO ELEMENTO DE RECONHECIMENTO DA FILIAÇÃO NAS RELAÇÕES DA FAMÍLIA NA SOCIEDADE BRASILEIRO
- PROCESSOS ESTRUTURAIS
- JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA: MEIO ALTERNATIVO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS CAPAZ DE AUMENTAR O ACESSO DA COLETIVIDADE AO JUDICIÁRIO
- A LEGITIMIDADE ATIVA PARA OS DIREITOS COLETIVOS NO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
- A LEGITIMIDADE DAS ASSOCIAÇÕES NO PROCESSO COLETIVO SEGUNDO O ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
- (IM)POSSIBILIDADE DE DISCUTIR LEI EM TESE EM AÇÃO POPULAR
- OS DIREITOS COLETIVOS E SUA DEFESA EM JUÍZO: BREVES COMENTÁRIOS ACERCA DO MOMENTO ATUAL DA TUTELA DOS DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS
- A (IM)POSSIBILIDADE DE DISCUTIR LEI EM TESE EM AÇÃO POPULAR

GT DIREITOS COLETIVOS, TERRITORIALIDADES E SUBJETIVIDADES
GT CIDADANIA E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

SALA 24 BLOCO B

COORDENAÇÃO

Prof. Dr. José Duarte Neto

Prof. Dra. Vivian de Almeida Gregori Torres

Prof. Dr. Dorival de Freitas Junior

DIREITOS COLETIVOS, TERRITORIALIDADES E SUBJETIVIDADES

- RIBEIRINHOS E A CONCEPÇÃO DE PROPRIEDADE COLETIVA DA TERRA: UMA ANÁLISE ACERCA DAS COMUNIDADES AFRODESCENDENTES NA AMAZÔNIA
- CORUMBÁ E O EXÉRCITO BRASILEIRO NA FORMAÇÃO DA TERRITORIALIDADE
- FRONTEIRIÇA: INTEGRAR PARA JAMAIS ENTREGAR
- A AÇÃO CIVIL PÚBLICA NA TUTELA DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO: DOIS EXEMPLOS DE ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS NA COMARCA DE ARAXÁ
- SOCIEDADE EUROCÊNTRICA, DECOLONIALISMO E A BUSCA DA UNIFORMIZAÇÃO DE ORDENAMENTOS LEGAIS E A TEORIA DO RISCO GLOBAL
- HISTÓRICO, ATORES, POLÍTICAS E INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO DE REFUGIADOS

CIDADANIA E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

- PROTAGONISMO, PODER JUDICIÁRIO E DEMOCRACIA: REFLEXÕES E SINGULARIDADES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA
- CIBERCIDADANIA E CIBERDEMOCRACIA: AS COMUNIDADES VIRTUAIS E A INFLUÊNCIA DAS MASSAS PELAS TIC'S
- DIREITOS FUNDAMENTAIS: O TREM DOS TRILHOS ENFERRUJADOS E A SOLUÇÃO TÉCNICA DO ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL
- BOLSONARISMO E DESDEMOCRATIZAÇÃO: O ALERTA NAS CONQUISTAS DE CIDADANIA E CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA.
- GRATUIDADES NOS REGISTROS PÚBLICOS COMO CONDIÇÃO FUNDAMENTAL PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA E CONCREÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
- O QUE É CIDADANIA?
- ANÁLISE CRÍTICA DO ENSINO JURÍDICO NO BRASIL
- O IPTU PROGRESSIVO COMO PARTE DA CONTÍNUA BUSCA DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE URBANA
- IPTU PROGRESSIVO COMO PARTE DA CONTÍNUA BUSCA DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE URBANA

GT ACESSO À JUSTIÇA
GT ACESSO À JUSTIÇA, PROTEÇÃO DE DIREITOS E COLETIVIZAÇÃO DE DEMANDAS
GT TUTELA COLETIVA DO TRABALHO E REFORMA TRABALHISTA

SALA 25 BLOCO B

COORDENADORES

Prof. Dr. Ricardo dos Reis Silveira

Prof. Dr. Rúbens Beçak

Prof. Dr. Olavo Augusto Vianna Alves Ferreira

ACESSO À JUSTIÇA

- OS MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS NO ACESSO À JUSTIÇA: OPORTUNIDADES ESTRATÉGICAS PARA OS ADVOGADOS
- CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE

ACESSO À JUSTIÇA, PROTEÇÃO DE DIREITOS E COLETIVIZAÇÃO DE DEMANDAS

- FÓRUM DE MÚLTIPLAS PORTAS: UMA ASSERÇÃO PARA O APERFEIÇOAMENTO PROCESSUAL E COMBATE À JUDICIALIZAÇÃO.
- SEGURANÇA JURÍDICA E A ALTERAÇÃO DE ENTENDIMENTO NAS DECISÕES JUDICIAIS VINCULATIVAS.
- ANÁLISE SOBRE O RE 643.978: INCIDÊNCIA DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 1º DA LEI 7.347/85 ANTE O ARTIGO 129 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
- CAMINHOS PROTETIVOS NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: A JUDICIALIZAÇÃO DA PROTEÇÃO DE DADOS E O PAPEL DA ÉTICA NA INTERNET
- REFORMA TRABALHISTA, ACESSO À JUSTIÇA E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

TUTELA COLETIVA DO TRABALHO E REFORMA TRABALHISTA

- CONSTITUIÇÃO SIMBÓLICA COMO RESULTADO DO APARELHO IDEOLÓGICO JURÍDICO DO ESTADO: INFLUÊNCIA SOBRE A PROTEÇÃO INSUFICIENTE CONFERIDA AO DIREITO CONTRA DESPEDIDA ARBITRÁRIA OU SEM JUSTA CAUSA
- MEDIAÇÃO E OS DIREITOS COLETIVOS DO TRABALHO

- REGIME CONSTITUCIONAL DO EMPREGO SOCIALMENTE PROTEGIDO - PRINCÍPIO SOCIOAMBIENTAL DO TRABALHO E TUTELA EFETIVA AO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO EQUILIBRADO
- EMPREGADO HIPERSUFICIENTE: UMA NOVA CATEGORIA SOB O PRISMA COLETIVO E A ARBITRAGEM COMO SOLUÇÃO DE CONFLITOS NESSAS RELAÇÕES

GT DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

GT DIREITOS DA PERSONALIDADE E DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

SALA 28 DO BLOCO B

COORDENADORES

Prof. Dr. Adalberto Simão Filho

Prof. Dr. Lucas Catib de Laurentiis

Profa. Me. Renata Maldonado Silveira Romão

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

- POR UM NOVO MODELO DE ALÍQUOTA DO IMPOSTO DE RENDA.
- CIDADANIA COMO CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS
- MERCADO DAS PRISÕES: O CASO DO BRASIL E AS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS
- REFLEXÕES SOBRE A JUVENTUDE FRENTE A PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E TRABALHO
- DIREITO E EDUCAÇÃO: O PRINCÍPIO DA FRATERNIDADE COMO FUNDAMENTO NO COMBATE AO BULLYING ESCOLAR E CIBERBULLYING
- REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS DE INCLUSÃO DO DEFICIENTE NA SOCIEDADE EDUCACIONAL
- BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE SOB A OTICA DA LEI Nº 13.135/2015
- DIREITO FUNDAMENTAL À MORADIA E AS POLÍTICAS HABITACIONAIS NO BRASIL
- O BENEFÍCIO DA POLÍTICA PÚBLICA PARA A INCLUSÃO DIGITAL DO IDOSO

DIREITOS DA PERSONALIDADE E DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

- PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
- CONSTITUCIONALIDADE DO NOVO DISPOSITIVO NA LEI MARIA DA PENHA
- A LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO DE PENSAMENTO E O DIREITO À INFORMAÇÃO ENQUANTO DIREITOS DA PERSONALIDADE E DIREITOS FUNDAMENTAIS
- “INCLUSION RIDER” E A FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO DE ENTRETENIMENTO
- IMPRESCRITIBILIDADE DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE COMO FORMA DE PROTEÇÃO A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

GT DIREITO AMBIENTAL
GTDIREITOS DO CONSUMIDOR
GT DIREITOS HUMANOS

SALA 29 BLOCO B

COORDENADORES

Prof. Dr. Lucas de Souza Lehfeld

Profa. Dra. Maria Cristina Vidote Blanco Tárrega

DIREITO AMBIENTAL

- DEFENSORIA PÚBLICA COMO MEDIADORA E ÁRBITRO EM QUESTÕES AMBIENTAIS
- PLANETA EM EBULIÇÃO: MUDANÇAS CLIMÁTICAS FRENTE À RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL AMBIENTAL: PRESSUPOSTOS E PARADIGMAS NA SOCIEDADE DE RISCO
- DO RECONHECIMENTO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE COMO SUJEITO DE DIREITO BIOCULTURAL
- IMPACTOS DA TECNOLOGIA NA SUSTENTABILIDADE DO MEIO AMBIENTE DE TRABALHO
- A CONSTRUÇÃO CIVIL NA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: TRANSFORMAÇÕES AMBIENTAIS A PARTIR DO CONTROLE SOCIAL E AÇÃO CIVIL PÚBLICA.

DIREITOS DO CONSUMIDOR

- DIREITOS FUNDAMENTAIS DO CONSUMIDOR BRASILEIRO NA CONTEMPORANEIDADE

DIREITOS HUMANOS

- EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O DESAFIO DA SOCIEDADE INCLUSIVA
- Função do Ministério Público Diante a Crise dos Direitos Humanos-Fundamentais
- DIREITOS HUMANOS E O MEIO AMBIENTE: A DIFÍCIL RELAÇÃO ENTRE GARANTIR O FUTURO E SOBREVIVER AO PRESENTE
- A INTERVENÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO NOS CONFLITOS ARMADOS PRATICADOS POR ISRAEL, OCORRIDOS NA FAIXA DE GAZA
- REFLEXÕES SOBRE A CIDADE COMO UM DIREITO HUMANO FUNDAMENTAL

GT CONSTITUIÇÃO CIDADÃ: CARTA DE RESISTÊNCIA E NAVEGAÇÃO DAS DIFERENÇAS

SALA 01 BLOCO B

COORDENADORES

Prof. Dr. Osmar Veronese

Profa. Dra. Rosângela Angelin

Prof. Dr. Rafael Tomaz de Oliveira

- CONTRIBUIÇÕES DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 NO CENÁRIO BRASILEIRO: AVANÇOS E LIMITAÇÕES DO PODER PÚBLICO NA PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA E DA CIDADANIA NO BRASIL
- CONSTITUIÇÃO CIDADÃ DE 1988: DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DE IGUALDADE E DE DIFERENÇA DAS MULHERES DO CAMPO
- IDENTIDADES SOCIAIS E O SUJEITO COLETIVO: O SENTIDO PLURAL DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE SAÚDE NA REGIÃO DAS MISSÕES/RS
- SISTEMA TRIBUTÁRIO OPRESSIVO: EM BUSCA DA EFETIVAÇÃO DO MÍNIMO EXISTENCIAL COM A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS, VISANDO A CIDADANIA E A EDUCAÇÃO FISCAL COM O AUXÍLIO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

- PENSAMENTO DESCOLONIAL E NEOCONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO
- DESAFIOS PARA O RECONHECIMENTO SOCIAL E JURÍDICO DE MULHERES NEGRAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL
- DIREITO À DIFERENÇA DO REFUGIADO NO SEIO DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE COMO PEDRA ANGULAR DO ESTADO CONSTITUCIONAL
- IDENTIDADE E DIFERENÇA SOB A PERSPECTIVA DOS CORPOS TRANS: POSSIBILIDADES PARA UMA SOCIEDADE PLURAL
- CORPOS ABJETOS QUE (NÃO) SIGNIFICAM NA SOCIEDADE MULTICULTURAL: O LUGAR E O NÃO LUGAR DAS VIVÊNCIAS TRANS E O MOVIMENTO TRANSFEMINISTA COMO UMA PRÁXIS EMANCIPATÓRIA
- OS REFLEXOS QUE A PRÁTICA DO TRABALHO ESCRAVO DEIXOU NO BRASIL DO SÉCULO XXI: UMA LUTA CONSTANTE DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA CONTRA O PRIMITIVISMO SOCIAL¹
- A CAPACIDADE DA MEDIAÇÃO AMBIENTAL E DA ECO-CIDADANIA DE LUIS ALBERTO WARAT COMO UMA SINERGIA NA (RE)CONSTRUÇÃO CIDADÃ²
- SISTEMA PRISIONAL: UMA ANÁLISE QUANTO AO CÁRCERE E A VIOLAÇÃO DE DIREITOS³

¹ Este artigo foi submetido no GT Direitos da Personalidade e Dignidade da Pessoa Humana mas foi transferido para este Grupo de Trabalho pelo fato de será apresentado na modalidade videoconferência.

² Este artigo foi submetido no GT Direito Ambiental mas foi transferido para este Grupo de Trabalho pelo fato de será apresentado na modalidade videoconferência.

³ Este artigo foi submetido no Grupo de Trabalho “O Desafio de Proteção aos Vulneráveis no Século XXI” do I Congresso Internacional da Rede Ibero-americana de Pesquisa em Seguridade Social. Como o prof. Osmar estará coordenando este Grupo de Trabalho e a autora provavelmente não estará em Ribeirão Preto mas na URI, para participar por videoconferência, caso se torne complicado para o professor Osmar sair deste GT para apresentá-lo no GT da Rede, abre-se a possibilidade para que ele seja apresentado aqui e lançado no Congresso da Rede. De qualquer forma ele será também mantido na relação do GT da Rede Ibero-americana.

GT CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO PROCESSUAL

SALA 01 BLOCO C

COORDENADORES:

Prof. Dr. Lafayette Pozzoli

Prof. Dr. Luis Henrique Barbante Franzè

Prof. Dr. Zaiden Geraige Neto

- CAUTELARES MONOCRÁTICAS EM AÇÃO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE: RUPTURAS E LEGITIMIDADE
- BUSCA PELA CONCRETIZAÇÃO DA JUSTIÇA EQUITATIVA ATRAVÉS DOS PRECEDENTES JUDICIAIS FUNDADOS DECISÕES ÍNTEGRAS E COERENTES
- O DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS NA SISTEMÁTICA DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL
- INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM BENEFÍCIO DA JUSTIÇA CIDADÃ
- SISTEMA CIVIL LAW E COMMON LAW: APROXIMAÇÃO E SEGURANÇA JURÍDICA
- DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA COMO GARANTIA AO ACESSO DO TRABALHADOR À JUSTIÇA TRABALHISTA
- OS PRECEDENTES ADMINISTRATIVOS COMO GARANTIA AO ACESSO À JUSTIÇA NOS PROCESSOS TRIBUTÁRIOS
- DIREITOS FUNDAMENTAIS-CONSTRUÇÃO DE UM SABER JURÍDICO NO EXERCÍCIO DA CIDADANIA
- A UTILIZAÇÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO PARA QUESTIONAR MATÉRIA
- SISTEMA PRECEDENTALISTA ATRELADO AO DIREITO BRASILEIRO
- ASPECTOS DESTACADOS DA REJEIÇÃO DA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA⁴

⁴ Este artigo foi submetido ao GT Direitos Coletivos. Ele foi mantido na relação dos artigos de lá, mas como ele é da Univem, é possível que ele apresente o artigo por videoconferência neste GT – Constitucionalização do Direito Processual – que na sua quase totalidade é composto por mestrandos e docentes da Univem.

I CONGRESSO INTERNACIONAL IBERO-AMERICANO DE PESQUISA EM SEGURIDADE

GT PERSPECTIVAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL PARA O FUTURO GT O DESAFIO DE PROTEÇÃO AOS VULNERÁVEIS NO SÉCULO XXI

SALA 31 BLOCO B

COORDENADORES

Prof. Dr. Sebastião Sérgio da Silveira

Prof. Dr. Rodrigo Monteiro Pessoa

Prof. Dr. Juvêncio Borges Silva

PERSPECTIVAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL PARA O FUTURO

- SEGURIDADE SOCIAL E DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO
- PROTEÇÃO SOCIAL E A QUESTÃO DA PREVIDÊNCIA NO BRASIL: ANÁLISES SOBRE A POSSIBILIDADE DE EXTENSÃO DO ADICIONAL DE 25% DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ ÀS DEMAIS MODALIDADES DE APOSENTAÇÃO
- DOENÇAS OCUPACIONAIS E OS BENEFÍCIOS ACIDENTÁRIOS: A CONCREÇÃO DO DIREITO NÃO RECONHECIDO PELO EMPREGADOR E PELO INSS
- BISMARCK À BLOCKCHAIN: PROPOSTAS PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL AO BRASIL E AO MUNDO DO PONTO DE VISTA DAS ALTERAÇÕES DEMOGRÁFICAS, DA SUSTENTABILIDADE ORÇAMENTÁRIA DO ESTADO E DA CYBERSOCIETY
- O INTERESSE DE AGIR NA ESFERA ADMINISTRATIVA E A INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO: O PRESENTE E O FUTURO DO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO
- REFLEXOS TRIBUTÁRIOS DA APLICAÇÃO DA LEI Nº 13.429/2017 QUE TRATA DA POSSIBILIDADE DE TERCEIRIZAÇÃO DAS ATIVIDADES FIM E O ARTIGO 116 DO CTN

O DESAFIO DE PROTEÇÃO AOS VULNERÁVEIS NO SÉCULO XXI

COORDENADORES

- A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR NO PLANO SUBNACIONAL: LIMITES FEDERATIVOS E A POSSIBILIDADE DE COMPARAÇÃO DOS REGIMES ESTADUAIS DE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR.
- ASSISTÊNCIA SOCIAL E O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DA LOAS
- BOAS PRÁTICAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

- OS APOSENTADOS POR INCAPACIDADE E AS ALTERAÇÕES DA LEI Nº 13. 457/2017
- ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEMOCRACIA NO BRASIL: SEGURIDADE SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DA CIDADANIA
- SAÚDE PRIVADA NO BRASIL – ANOTAÇÕES SOBRE A CORREÇÃO JURISDICIONAL QUANTO A EXPEDIENTES ARBITRÁRIOS
- CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ESTADO DE MISERABILIDADE NA APLICAÇÃO DO BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AOS DEFICIENTES
- SISTEMA PRISIONAL: UMA ANÁLISE QUANTO AO CÁRCERE E A VIOLAÇÃO DE DIREITOS

GT A SAÚDE PÚBLICA NA IBERO-AMÉRICA

GT DESAFIOS PARA A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

GT AS REFORMAS TRABALHISTAS E OS DIREITOS SOCIAIS DOS TRABALHADORES

SALA 32 BLOCO B

COORDENADORES

Prof. Dr. Jair Aparecido Cardoso

Prof. Dr. Raul Allard Soto

A SAÚDE PÚBLICA NA IBERO-AMÉRICA

- IMPACTO DA EMENDA COMPLEMENTAR 95/2016 NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E DE SAÚDE
- A (IN) EFICÁCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS – COMENTÁRIOS ATUAIS A RESPEITO DA GARANTIA DO DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE DOS USUÁRIOS DE DROGAS
- UMA COMPARAÇÃO ENTRE A ÓTICA JURÍDICA E ATUARIAL SOBRE OS IMPACTOS DA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO BRASIL
- A REGULAMENTAÇÃO DO SANGUE: OS DESDOBRAMENTOS DE SUA APLICAÇÃO NO MUNICÍPIO DE VARGINHA
- O EXAURIMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA NÃO PODE SER CONDIÇÃO IMPOSTA À IMPETRAÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA PARA FORNECIMENTO DE REMÉDIO
- MEDICINA BASEADA EM EVIDÊNCIAS COMO SUPORTE PARA A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO BRASIL
- A CONSTRUÇÃO CIVIL NA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: TRANSFORMAÇÕES AMBIENTAIS A PARTIR DO CONTROLE SOCIAL E AÇÃO CIVIL PÚBLICA

DESAFIOS PARA A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

- O DIREITO COLETIVO DE RECUSA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES TESTEMUNHAS DE JEOVÁ À TRANSFUSÃO DE SANGUE
- ACESSO À JUSTIÇA OU JUDICIALIZAÇÃO? A LUTA DOS PAIS DE CRIANÇAS COM TEA POR UM DIAGNÓSTICO PRECOCE E TRATAMENTO ADEQUADO

AS REFORMAS TRABALHISTAS E OS DIREITOS SOCIAIS DOS TRABALHADORES

- GREVE DOS CAMINHONEIROS: DIREITO DO TRABALHO COMO FERRAMENTA DE REGULAÇÃO SOCIAL E INCLUSÃO PREVIDENCIÁRIA
- REFORMA TRABALHISTA BRASILEIRA E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA ATUALIDADE
- RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR: NOTAS SOBRE A EVOLUÇÃO JURISPRUDENCIAL
- REFORMA TRABALHISTA E O TRABALHADOR INTERMITENTE: PRINCIPAIS IMPACTOS NOS DIREITOS DESTES TRABALHADORES